



**PARECER JURÍDICO Nº 38/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA DA MESA  
DIRETORA**

**EMENTA:** FICA PROIBIDO NOMEAÇÃO OU CONTRATAÇÃO, PARA DETERMINADOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS, DE PESSOA CONDENADA POR CRIME SEXUAL CONTRA CRIANÇA OU ADOLESCENTE”.

A Assessoria Jurídica da Mesa Diretora desta Casa de Leis recebeu para emissão de parecer prévio o Projeto de Lei nº 31/2025 de autoria da vereadora Juscinei Claro que proíbe a contratação de pessoa condenada por crime sexual contra criança ou adolescente.

O presente parecer pretende analisar a legalidade, constitucionalidade e juridicidade do referido projeto.

O Projeto de Lei está acompanhado de justificativa, conforme dispõe o Art. 87 do Regimento Interno.

É o relatório.

**I – ANÁLISE JURÍDICA**

O projeto versa sobre matéria de âmbito local, portanto, encontra respaldo jurídico no artigo 30, I, da Constituição Federal, artigo 17, I, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e artigo 13, da Lei Orgânica Municipal.

Nesse sentido, o Projeto não apresenta vício de iniciativa, uma vez que não cria ou altera a estrutura administrativa da Prefeitura, não gera despesas diretas para o Poder Executivo e não dispõe sobre regime jurídico de servidores de forma a ser privativa do Prefeito.





A par disso, a proposta estabelece uma condição para a nomeação, o que é de competência do Poder Legislativo.

A técnica legislativa é adequada. O projeto define claramente a quem se destina a proibição, os crimes que a fundamentam e o prazo de vedação. O art. 3º que estabelece a *vacatio legis* de 180 (cento e oitenta) dias, prevista no art. 3º, é uma medida prudente para que o Poder Executivo possa se preparar para a aplicação da lei, o que demonstra cuidado técnico.

Frisa-se, que o Projeto está em conformidade com a Constituição Federal, conforme dispõe o art. 227, *in verbis*:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O dispositivo em comento estabelece a prioridade absoluta na proteção da criança e do adolescente, inclusive para colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Por fim, a exigência da certidão de antecedentes criminais para cargos que ligam com menores é uma medida que visa concretizar essa proteção.

Dessa forma, sendo a matéria debatida de interesse estritamente local, não há usurpação à competência legislativa federal ou estadual.

Nesse contexto, a viabilidade ou não das medidas depende de juízo meritório e político, a ser debatido e votado pelo plenário da casa.

Dessa forma, o projeto de Lei em referência atendeu às exigências legais, sendo compatível com os preceitos constitucionais correspondentes.





## II - DA COMISSÃO PERMANENTE

O projeto em análise deve ser apreciado pela Comissão Legalidade e Cidadania - CLC.

## III – DO QUÓRUM E DO PROCEDIMENTO

Em conformidade com o Art. 24 da Lei Orgânica Municipal e Art.151 do Regimento Interno da Câmara Municipal, as deliberações salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria de votos presente a maioria dos Vereadores, exceção feita as Leis Complementares, Regimento Interno, cassação de mandato de Vereador ou de membro da Mesa, e àquelas que em Lei for definido quórum diferente e ainda no dispositivo neste Regimento Interno.

## IV – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela **LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 031/2025, sendo-lhe favorável o parecer.

Cumprе ressaltar, que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica, restringe-se aos aspectos jurídicos não adentrando, portanto, a conveniência e oportunidade da aprovação da proposição, posto que esta análise é reservada aos nobres *Edis*.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa

É o parecer.

Sidrolândia/MS, 11 de agosto de 2025.

**LUIGGI RAMOS DA COSTA**

Assessoria Jurídica da Mesa Diretora

OAB/MS 26.204.






## Página de assinaturas



**Luigi Ramos**  
063.153.171-89  
Signatário

### HISTÓRICO

- |                                |   |   |
|--------------------------------|---|---|
| <b>12 ago 2025</b><br>07:36:09 |    | <b>Luigi Ramos da Costa</b> criou este documento. ( Empresa: Câmara Municipal de Sidrolândia, CNPJ: 15.497.092/0001-34, Email: luigi.ramos@camarasidrolandia.ms.gov.br )          |
| <b>12 ago 2025</b><br>07:36:24 |  | <b>Luigi Ramos</b> (Celular: +5567998543950, CPF: 063.153.171-89) visualizou este documento por meio do IP 131.72.104.244 localizado em Sidrolândia - Mato Grosso do Sul - Brazil |
| <b>12 ago 2025</b><br>07:36:28 |  | <b>Luigi Ramos</b> (Celular: +5567998543950, CPF: 063.153.171-89) assinou este documento por meio do IP 131.72.104.244 localizado em Sidrolândia - Mato Grosso do Sul - Brazil    |

